

Estudo Técnico Preliminar 47/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08059.000570/2023-31

2. Descrição da necessidade

2.1. A Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal - DITEC/PF necessita de algumas alterações de leiaute de salas, aquisição e realocação de mobiliário e reorganização dos espaços de trabalho, implicando a necessidade de serviços contínuos de chaveiro, para atender às demandas desta DITEC/PF.

2.2. Tal necessidade surge em virtude do importante papel na segurança dos servidores e colaboradores e salvaguarda de documentos e do patrimônio do Órgão, necessidade de abertura de portas, gavetas, cofres, cadeados de diversas naturezas em consonância com a atividade-fim da Polícia Federal. Incluindo também demandas da Unidade de Transporte - UTRAN/DILOG /DITEC/PF, por chaves codificadas para o acervo de viaturas e possíveis aberturas.

2.3. Os serviços de chaveiro serão executados sempre que necessário quando devidamente solicitados e após aprovação do responsável contratual.

2.4. Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços de plantão, emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 2.271/1997 e Instrução Normativa n.º 05/2017-MPOG.

2.5. Por tudo isso, e pautados pelos princípios que norteiam a Administração Pública, apresentamos nossa necessidade institucional e justificamos a composição deste procedimento licitatório, na busca da proposta mais vantajosa para atendimento ao interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - DILOG /DITEC/PF	WALVERNACK BESERRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A melhor solução encontrada para contratação da prestação dos serviços de chaveiro sob demanda, de forma contínua, no âmbito DITEC/PF, foi iniciar o processo para realização de Pregão Eletrônico com vistas a obtenção do melhor preço de mercado.

4.2. Requisitos Administrativos: para a habilitação no certame licitatório, será indispensável que a empresa cuja proposta seja classificada em primeiro lugar apresente todos os documentos abaixo discriminados:

- Contrato social que comprove a especialidade da empresa;
- Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou ou está executando serviços da mesma natureza ou similares na proporção de 50% ao da presente contratação.
- Regularidade fiscal e trabalhista comprovada mediante as seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (disponível em <http://www.tst.jus.br/certidao>);
- Certidão SICAF (disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf>).

4.2.1. A licitante deverá comprovar aptidão para executar o objeto, por meio de apresentação de atestado de desempenho anterior (objeto compatível com as características e as quantidades estabelecidas neste instrumento), por meio de documento fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório de capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

4.2.1.1. O atestado deverá conter:

4.2.1.1.1. nome empresarial e dado de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone);

4.2.1.1.2. local e data de emissão;

4.2.1.1.3. nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

4.2.1.1.4. período da execução da atividade.

4.2.1.1.5. A qualificação pode ser comprovada por um ou mais atestados, lidos em conjunto ou separadamente.

4.3. A seguir, elencamos as condições que impedem a participação de empresas no processo licitatório.

4.3.1 Não poderão participar da licitação Empresas que estejam impedidas de contratar com o órgão contratante.

1. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, enquanto perdurar o prazo estabelecido na sanção aplicada.

2. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3. Empresas cujo estatuto ou contrato social não guarde pertinência com o objeto deste Pregão.

4. Empresas que estejam em processo de dissolução, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, conformedecisão judicial.

5. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações elencadas.

6. Quaisquer sociedades cooperativas ou instituições sem fins lucrativos que não estejam em conformidade com os dispositivos previstos nos artigos 4º e 5º da IN/ SLTI/MP nº 2/200834.

7. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como as interessadas que tenham em seu quadro de pessoal servidor público que participe da sua gerência ou administração, salvo se estes se encontrarem de licença para trato de interesses particulares, na forma do art. 91 da Lei nº 8.112, de 1990, ou a participação decorra dos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.

8. Não poderão também participar desta licitação os familiares de agente público que esteja investido em cargo de comissão ou função de confiança perante o Órgão promotor da licitação, conforme vedação prevista no Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.

4.4. Requisitos para contratação Sustentável:

4.4.1. Em que pese não haver critérios de sustentabilidade específicos para a contratação pretendida, informamos que os materiais usados passíveis de manutenção serão reaproveitados em outras solicitações, a fim de reduzir o consumo de materiais novos e otimizar os recursos financeiros envolvidos na contratação.

4.5. Requisitos Específicos da Contratação/aquisição:

4.5.1. Os serviços a serem contratados serão divididos em dois grupos, conforme descritos no item 7.1.

4.6. Os demais detalhamentos e requisitos da contratação, tais como, prazos, condições de entrega, aceitação e qualidade dos itens serão descritos no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Atendendo a jurisprudência atual do Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta para a necessidade de realização de pesquisa de preços de maneira mais ampla, fazendo uso das diversas fontes disponíveis para balizar o preço estimado, uma vez que a utilização de apenas uma fonte pode não refletir a realidade dos preços praticados pelo mercado.

5.2. Assim, a pesquisa foi realizada seguindo as orientações e normativas da Portaria SE/MJ nº 449 de 18 de maio de 2021, bem como, observando-se a metodologia insculpida na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, pesquisando inicialmente os parâmetros de seu artigo 5º.

5.3. Sendo assim, a presente análise tem o objetivo de demonstrar os parâmetros utilizados para a mensuração do preço médio de mercado.

5.4. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

5.5. A solução que atende aos interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de chaveiro, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

5.6. Diversas empresas podem prestar os serviços, por se tratar de serviço comum, disponíveis no mercado.

5.7. A escolha pelo tipo de solução a ser contratado justifica-se pela necessidade de manter as atividades do órgão em perfeito funcionamento, objetivando atender as demandas de chaveiros.

5.8. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de entender a realidade do mercado de fornecedores do serviço a ser contratado.

5.9. Este estudo utilizou como fonte para coleta de dados contratações similares feitas por outros órgãos públicos, pesquisa junto a fornecedores locais e a sites especializados.

5.10. Foi possível verificar que as soluções oferecidas pelo mercado fornecedor são compatíveis com os requisitos propostos e capazes de solucionar as necessidades levantadas pela área requisitante.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Serviços de Chaveiro

6.1. Os serviços de chaveiro serão executados sob demanda, ou seja, quando um setor tiver necessidade de acionamento de um serviço relacionado ao objeto desta contratação, nas dependências da DITEC/PF, localizada no seguinte endereço: SAIS Quadra 7 Lote 23 s/n, Estr. St. Policial Militar - Sul, Brasília-DF, CEP: 70610-902. Diretoria Técnico-Científica - **DITEC — Polícia Federal**. Excepcionalmente, no caso de problemas com chaves de veículos, os serviços poderão ser acionados por atendimento em local diverso das dependências da CONTRATANTE, conforme relacionado no item 5.7 deste documento.

6.2. As quantidades são estimadas em função de possível necessidade, não implicando na obrigação de serem solicitadas em sua totalidade.

6.3. Os serviços serão solicitados a CONTRATADA pelo representante da CONTRATANTE ou seu substituto legal, ou ainda, no caso de ausências destes, pela chefia da Unidade de Logística, via telefone, e-mail ou ofício.

6.4. Os serviços aqui propostos deverão ser colocados à disposição da CONTRATANTE em dias úteis, no horário de 08:00 às 18:00 horas, com disponibilidade de atendimento em qualquer outro horário, mediante necessidade emergencial, a qual será devidamente justificada no dia posterior à prestação do serviço.

6.5. Os serviços deverão ser executados nas instalações da CONTRATANTE e entregues no mesmo dia ao representante da CONTRATANTE ou seu substituto legal, exceto se solicitado após às 14h, salvo urgência.

6.6. Os serviços de grande vulto ou de maior complexidade, a critério da CONTRATANTE, poderão ser executados nas dependências da CONTRATADA, sob responsabilidade dessa a entrega dos serviços ao solicitante nas instalações da CONTRATANTE, sem ônus adicional ao valor do contrato. Neste caso os serviços deverão ser entregues na DILOG/DITEC/PF em até 24 horas após a solicitação dos serviços.

6.7. A CONTRATADA deverá possuir, em seu quadro, funcionários técnicos treinados para a execução dos serviços especificados neste documento.

6.8. Poderá haver serviços de urgência, os quais deverão ser executados com prioridade, independentemente da quantidade solicitada, que deverão ser autorizados pelos responsáveis da DILOG/DITEC/PF.

6.9. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas

6.10. A Contratada deverá Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6.11 Os serviços serão executados nas instalações da DITEC/PF/DF no seguinte endereço: SAIS Quadra 7 Lote 23 s/n, Estr. St. Policial Militar - Sul, Brasília-DF, CEP: 70610-902. Diretoria Técnico-Científica - **DITEC** — **Polícia Federal**.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa de quantidades foi determinada considerando as necessidades anuais da DITEC/PF.

GRUPO I - SERVIÇOS DE CHAVEIRO			
ITEM	DENOMINAÇÃO DO SERVIÇO/MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1	CÓPIA DE CHAVE SIMPLES para fechadura de gavetas de mesa, porta, armário, cadeado, arquivos e moveis em geral.	Unidade	960
2	MODELAGEM DE CHAVE SIMPLES para fechadura de gavetas de mesa, porta, armário, cadeado, arquivos e móveis em geral.	Unidade	1.200
3	CÓPIA DE CHAVE TETRA	Unidade	60
4	MODELAGEM DE CHAVE TETRA	Unidade	120
5	ABERTURA DE COFRE	Unidade	40
6	ABERTURA DE FECHADURA modelo TETRA	Unidade	60
7	ABERTURA DE FECHADURA de portas, gavetas de mesa, armário, cadeado, arquivos e moveis em geral	Unidade	960

8	TROCA DE SEGREDO DE FECHADURA de portas, gavetas de mesa, armário, cadeado, arquivos e moveis em geral. A substituição tem que ser por outro item igual(novo) ao retirado	Unidade	40
9	TROCA DE SEGREDO EM FECHADURA modelo TETRA . A substituição tem que ser por outro item igual(novo) ao retirado	Unidade	25
10	ABERTURA DE FECHADURA modelo TETRA . Fora do horário comercial em REGIME DE PLANTÃO	Unidade	30
11	ABERTURA DE FECHADURA de portas, gavetas de mesa, armário, cadeado, arquivos e moveis em geral. Fora do horário comercial em REGIME DE PLANTÃO	Unidade	50

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 210.143,33

8.1. A estimativa de preços foi efetuado de acordo com o rito estabelecido pela IN/SLTI/MP nº 5, de 2014 e suas alterações.

8.2. O método para estimativa de preços que norteará o certame obedecerá às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 65 /2021, que dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, e apresenta como diretrizes: "Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br /paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório; II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório. §1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II."

8.3. Os preços foram obtidos com base em contratações similares de outros entes públicos, e junto a empresas do ramo, conforme demonstrado no Mapa de Preços .

8.4. O valor apresentado consta detalhamento quanto a sua coleta, parâmetros utilizados, metodologia empregada, COMPILAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA, JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS, e demais informações complementares no Mapa Comparativo de Preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.2. A contratação pretendida, a ser realizada de maneira centralizada, aprimora a governança nos processos de aquisição de bens pelo poder público, implantando uma gestão colaborativa e integrada, que apresente soluções com ganhos de eficiência e economicidade para as compras públicas sem que haja prejuízo na qualidade dos bens adquiridos e serviços prestados, garantindo padronização e qualidade ao mesmo tempo, atendendo ao princípio do compartilhamento da gestão.

9.3. Como trata-se da contratação de serviços de mesma característica, a divisão ou parcelamento do objeto também não é apropriada para o caso em questão. A execução do serviço deve ser integralmente feita pela contratada para que o objeto tenha a garantia de eficácia e controle das atividades realizadas. Não seria viável parcelar os serviços de modo a ter mais de um prestador de serviço atuando em um mesmo objeto. A responsabilidade pelo objeto e sua garantia serão deveres de um único contratado.

9.4. Ademais, considerando que o gerenciamento de riscos é uma importante ferramenta para minimizar riscos e incertezas sobre a contratação em questão, verifica-se que a gestão logística e operacional de apenas um contrato se mostra mais viável ao se optar pelo não parcelamento da solução contratada, trazendo um ganho importante para a administração quanto à fiscalização dos serviços a serem prestados.

9.5. Também se verifica, nessa forma de contratação, que se atingiria um maior ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, resultando em economia e eficiência para a Administração, uma vez que compras centralizadas e de grande vulto produzem vantagens técnicas, econômicas e financeiras.

9.6. Por conseguinte, com um fornecedor único, responsável pela integração de todos os serviços, pela manutenção da estabilidade e operacionalidade de toda a solução, a Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva a um único prestador de serviço.

9.7. Ao padronizar uma contratação única, precificam-se os serviços de maneira uniforme e evitam-se estimativas superdimensionadas através do ganho de escala num processo único. Objetivando-se ganhos de eficiência e redução de custos na operacionalização do contrato, uma gestão ativa dos serviços, adoção de fiscalização e gerenciamento dos serviços padronizados, dentre outras práticas que culminem em bons serviços prestados.

9.8. Destarte, no que se refere ao parcelamento ou não da solução, entendemos que o fracionamento do objeto implica uma gestão mais complexa com a formalização de dois contratos para o cumprimento de um mesmo serviço e cuja seleção do prestador de serviço e a gestão do contrato estariam comprometidos sob o aspecto da eficiência.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes no que tange ao objeto desta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição em tela encontra-se em consonância com o Plano Estratégico 2022/2023 da Polícia Federal, atualizado pela RESOLUÇÃO CGPF/PF Nº 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, aprovado pelo Comitê de Governança da Polícia Federal - CGPF/PF em reunião realizada no dia 25 de agosto de 2022, que passará a vigorar no período de 2022 a 2023. Contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso: Pessoal motivado; Apoio logístico efetivo; e Credibilidade mantida. Dentre os objetivos institucionais supracitados fixados no mesmo instrumento, figura a otimização dos serviços ao usuário /cidadão, objetivo este que será devidamente resguardado com a prestação dos serviços de manutenção pelos motivos expostos anteriormente. Dentro do objetivo Institucional ainda temos: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais. Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

11.2. Entretanto, em razão da identificação recente da demanda e benefícios a serem obtidos com a contratação, conforme justificativas descritas neste documento, será solicitada sua inclusão extemporânea do "Documento Formalização de Demanda - DFD_20_2024 (34003407)", nos termos do art. 18, da Portaria nº 405/2020 - MJSP para inclusão no PAC 2024, conforme mencionado no documento: Informação Inclusão Extemporânea PGC - DFD_20/2024 - PCA (SEI nº34620257) e incluso no PNCP - PCA/2024 conforme Anexo inclusão PNCP_PCA/2024 (SEI nº 34630081).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a realização da contratação em apreço, espera-se obter os seguintes resultados:

- Garantir a segurança e bem estar dos servidores colaboradores e salvaguardar materiais, equipamentos e documentos importantes da responsabilidade do órgão, bem como atender as demandas referente aos serviços de chaveiro no âmbito desta SR /PF/GO;

- Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, tanto na gestão, quanto na fiscalização do contrato;
- Atendimento aos preceitos legais vigentes;
- Mitigação das chances de inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgastes ou custos para esta instituição;
- Garantir a execução dos serviços com base nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- Economicidade, visando à contratação de uma só empresa;
- Dinamismo em relação à prestação dos serviços;
- Rapidez no atendimento às demandas;
- Redução de riscos devido a interpretação distintas diante de um problema (uma vez que somente uma empresa decidirá as medidas a serem tomadas);
- Melhoria na qualidade dos serviços ofertados, devido à expertise da contratada;
- Redução da aplicação de sanções em virtude da fiscalização contratual atuante.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não será necessária nenhuma alteração logística para que o contrato possa ser executando e assim atender às necessidades da DITEC/PF.

13.2. No que diz respeito às atividades de gestão e fiscalização da execução contratual, estas são caracterizadas como o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto. É indispensável que os fiscais e gestores do contrato sejam capacitados para exercerem, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
- b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;
- c) determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
- e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
- f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
- g) aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
- h) liberar as faturas;
- i) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- j) receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- k) emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados).

13.3. Assim, diante dos esclarecimentos supramencionados, constatamos que não há necessidade de providências a serem adotadas pela Diretoria, uma vez que este órgão é dotado de uma estrutura organizacional capaz de gerenciar todas as fases que contemplam os procedimentos referentes à contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, observando a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/10; e a legislação e normas ambientais, no que couber.

14.2. Ainda, observar-se-á os seguintes Requisitos de Sustentabilidade, quando aplicável:

14.2.1. Menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos;

14.2.2. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

14.2.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

14.2.4. Menor presença de materiais perigosos ou tóxicos;

14.2.5. Maior vida útil;

14.2.6. Geração de menor volume de resíduos;

14.2.7. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

14.2.8. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais;

14.2.9. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na confecção, na embalagem, no transporte e no armazenamento dos materiais a serem adquiridos.

14.2.10. Ainda, em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente produtos que atendam os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental do artigo 5º:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.3. As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto a observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 06 de 15 de março de 2013 no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.

14.4. Não haverá a necessidade de adequação ou ajuste do ambiente para os itens que compõe esta contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Conforme a demanda exposta no Documento de Formalização da Demanda e soluções estudadas neste documento, a contratação do serviço mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

15.2. O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela viabilidade da contratação - uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

15.3. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, pelo que recomendamos o prosseguimento da pretensão contratual.

15.4 Em cumprimento ao disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o presente estudo segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada no documento, SEI nº 29959239.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALVERNACK BESERRA

Integrante Requisitante Titular



Assinou eletronicamente em 09/05/2024 às 18:17:35.

VALERIA BASTOS DOURADO

Integrante Requisitante Substituto



Assinou eletronicamente em 09/05/2024 às 18:51:22.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Memoria_de_calculo_servico_de_chaveiro.pdf (119.84 KB)

Anexo I - Memoria_de_calculo_servico_de_chaveiro.pdf

Memória de cálculo Processo 08059.000570/2023-31 – Licitação para serviço de chaveiro

A presente memória de cálculo estabeleceu os referidos quantitativos a partir de estimativas de demanda, conforme histórico de pedidos de serviços correlatos, a esta unidade de Administração do Edifício – AEDI/DILOG/DITEC/PF.

Cabe ressaltar que essa metodologia fora utilizada, eis que não houve um contrato de mesmo objeto que atendesse à DITEC/PF para comparação e avaliação de demanda.

Nesta senda, segue a estimativa de demanda e cálculo de quantitativos para cada item do termo de referência a ser instruído no processo em epígrafe:

- Cópia de Chaves Simples – estimativa de quantitativo: 80/mês;
- Cópia de Tetra Chave – estimativa de quantitativo: 5/mês;
- Confecção de Chave Simples – estimativa de quantitativo: 100/mês;
- Confecção de Tetra Chave – estimativa de quantitativo: 10/mês;
- Troca de segredo de fechaduras de móveis (estação de trabalho e armários) – estimativa de quantitativo: 60/mês;
- Troca de segredo de fechaduras de portas/portões – estimativa de quantitativo: 60/mês;
- Conserto de fechaduras de móveis (estação de trabalho e armários) – estimativa de quantitativo: 100/mês;
- Conserto de Fechadura de portas/portões – estimativa de quantitativo: 80/mês;
- Abertura de portas/portões; Gaveta e/ou portas de armário; móveis em geral de escritório – estimativa de quantitativo: 80/mês.

CRISTIANO NOBREGA DE CASTRO FRANÇA

Agente de Polícia Federal

AEDI/DILOG/DITEC/PF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

LICI. ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 118/2024-CPL/DILOG/DITEC/PF

O Ordenador de Despesas da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, no uso de suas atribuições legais do art. 1º, incisos III e V, da [Portaria nº 17.028/2023-DG/PF, de 26 de janeiro de 2023](#), atendendo as exigências da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c/c o art. 2º, *caput*, e parágrafo único, *VII*, da Lei nº 9.784/99,

Considerando o teor das justificativas exaradas no Documento de Formalização da Demanda nº 20/2024 (34003407), bem como declarada a viabilidade da contratação no Estudo Técnico Preliminar Digital nº 47/2023 (35148288) e no Termo de Referência nº 32/2023-DILOG/DITEC/PF (35148288) e anexos;

Considerando a necessidade de alterações de leiaute de salas, aquisição e realocação de mobiliário e reorganização dos espaços de trabalho; a segurança dos servidores e colaboradores e salvaguarda de documentos e do patrimônio do Órgão, a fim de atender abertura de portas, gavetas, cofres, cadeados de diversas naturezas em consonância com a atividade-fim da Polícia Federal, incluindo demandas referentes às viaturas; e que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos;

Considerando o [Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027](#), e que consta registro da demanda no PCA do exercício de 2024 (34630081 - inclusão extemporânea);

Considerando o valor total estimado de **R\$ 210.143,33** (duzentos e dez mil, cento e quarenta e três reais e trinta e três centavos), conforme média de valores coletados na pesquisa de preços (Mapa de Preços n. 35146180);

Considerando a natureza do objeto se configurar em atividade de custeio, conforme [Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022](#), cabe **autorização da contratação pelo Ordenador de Despesas da própria unidade (Diretor Técnico-Científico - DITEC/PF), conforme art. 2º, I, a, da Portaria nº 11.479/2020-DG/PF, de 12 de Fevereiro de 2020, e art. 3º, §2º do [Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019](#);**

Considerando os princípios da razoabilidade e da economicidade e mediante a necessidade da contratação.

RESOLVE:

APROVAR o Termo de Referência nº 32/2023 (35148288) e o Estudo Técnico Preliminar nº 47/2023 (35148286).

AUTORIZAR, desde que obedecidas as formalidades legais em vigor, a realização de procedimento licitatório por **Pregão Eletrônico** para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, fornecimento de chaves, reposição, conserto ou troca de chaves.

DECLARAR, para os devidos fins, que a despesa referente à presente contratação é compatível com a Lei Orçamentária Anual, conforme o artigo 16, parágrafo 4º da Lei complementar 101/2000.

ATRIBUIR, aos agentes de contratação designados na [Portaria nº 1.320/2023-DITEC/PF](#) (34819934), o acompanhamento do trâmite deste procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO REIS MONTEIRO NETO, Diretor(a)**, em 10/05/2024, às 08:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35106025&crc=EED3BCB5.

Código verificador: **35106025** e Código CRC: **EED3BCB5**.

Referência: Processo nº 08059.000570/2023-31

SEI nº 35106025